

Município de Pombal  
Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Largo do Cardal  
3100 – 440 Pombal

Leiria, 19 de novembro de 2015

Assunto: Envio de documentos

Ex.mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Pombal,

Na qualidade de Auditor Externo do Município de Pombal, junto enviamos o seguinte documento:

- **Informação Semestral do Auditor Externo** (1º semestre de 2015), c.f. Artº 77º, n.º 2, d) da Lei 73/2013 de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais).

Mais informamos que o mesmo documento já tinha sido enviado em formato digital.

LCA SROC

Representada por  
Paulo Fernando da Costa Braz  
R.O.C nº 1238

**INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE  
A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNICÍPIO DE POMBAL**

**À Assembleia Municipal de Pombal**

**Exmos. Senhores Deputados,**

**INTRODUÇÃO**

1. Para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, apresentamos a nossa informação sobre a situação económica e financeira do **MUNICÍPIO DE POMBAL**, decorrido o primeiro semestre do exercício de 2015.

**RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do órgão executivo a preparação da informação financeira, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame àquela informação financeira.

## ÂMBITO DO TRABALHO

4. O Município não tem obrigação legal de elaborar Demonstrações Financeiras Intercalares (Semestrais), pelo que os trabalhos realizados tiveram como suporte os Balancetes Analíticos de Janeiro a Junho, assim como os mapas de execução orçamental, com referência a 30 de Junho de 2015 preparados pelo Município. O presente relatório não inclui um parecer de auditoria, tratando-se antes de uma informação sobre a situação económica e financeira relativamente ao primeiro semestre de 2015, conforme o requerido pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.
5. O trabalho efetuado consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos, tendo sido realizados, entre outros, os seguintes procedimentos:
- Reuniões com o Senhor Presidente do executivo municipal, com a Diretora do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, e com o Chefe Divisão de Administração e Finanças Municipais, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
  - Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo município;
  - Realização dos seguintes procedimentos analíticos:
    - Comparação da informação económica intercalar com a do período homólogo do ano anterior;
    - Comparação da informação financeira intercalar com a informação financeira do final do período anterior;
    - Comparação da execução orçamental com o período homólogo do ano anterior;
    - Cálculo de indicadores financeiros;
    - Cálculo do endividamento total do município e comparação com o máximo legal previsto para 2015;
    - Verificação do cumprimento da regra de equilíbrio orçamental;
  - Testes ao funcionamento do sistema de controlo internos, nomeadamente nas áreas de pessoal, aquisição de bens e serviços e empreitadas, e disponibilidades;
  - Realização de testes substantivos de detalhe às transações e saldos, nomeadamente:
    - Análise e teste das conciliações bancárias preparadas;
    - Confronto dos saldos de empréstimos obtidos com o mapa de responsabilidades de crédito do Banco de Portugal, com referência a 31/06/2015;

- Verificação do cumprimento das obrigações fiscais e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- Análise e teste de alguns elementos de custos e proveitos registados no período;
- Verificação do cumprimento das exigências legais quanto à publicitação de informação.

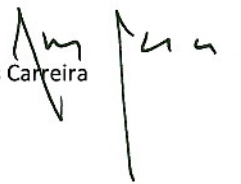
## CONCLUSÃO

6. Em resultado do nosso trabalho, concluímos a nossa informação com a opinião de que, a posição económica e financeira do **MUNICÍPIO DE POMBAL**, evoluiu de forma favorável entre a data das últimas demonstrações financeiras e 30 de Junho de 2015 (a dívida total relativa a operações orçamentais diminuiu 9,9% face a 01 de janeiro de 2015, e representava cerca de 17,7% do máximo legal permitido para 2015). Expressamos também a opinião de que a autarquia dispõe das condições financeiras para cumprir com as obrigações assumidas a 30 de Junho de 2015.
7. Apresentamos um anexo a esta informação, com mais detalhe, sobre a evolução da situação económica e financeira no 1º semestre de 2015.

Leiria, 9 de novembro de 2015

LCA SROC

Representada por  
José Maria de Jesus Carreira  
R.O.C nº 614



## ANEXO

### À informação semestral sobre a situação económica e financeira do MUNICÍPIO DE POMBAL

Para melhor compreensão e em complemento do relatório síntese sobre a situação económica e financeira do Município apresentamos em detalhe os seguintes dados reportados ao 1º semestre de 2015:

#### a) DESEMPENHO ECONÓMICO – quadro síntese

RUBRICA	1º SEMESTRE		Variação	
	2015	2014	Valor	%
<b>CUSTOS E PERDAS</b>				
Custo das existências vendidas/consumidas	97.552,08	102.465,29	(4.913,21)	-4,8%
Fornecimentos e serviços externos	4.046.832,49	3.760.366,44	286.466,05	7,6%
Transf. e Sub. correntes concedidos e prest. sociais	1.503.400,30	1.648.421,59	(145.021,29)	-8,8%
Custos com o pessoal	3.662.185,61	3.713.164,23	(50.978,62)	-1,4%
Outros custos e perdas operacionais	51.338,28	20.349,40	30.988,88	152,3%
Amortizações do exercício (*)	3.410.376,91	2.877.210,31	533.166,60	18,5%
Provisões do exercício (+)	295.368,54	160.702,20	134.666,34	83,8%
Custos e perdas financeiros	40.731,46	48.108,88	(7.377,42)	-15,3%
Custos e perdas extraordinários	563.859,71	605.692,15	(41.832,44)	-6,9%
	<b>13.671.645,38</b>	<b>12.936.480,49</b>	<b>735.164,89</b>	<b>5,7%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
Vendas	577.572,64	548.415,86	29.156,78	5,3%
Prestações de serviços	2.132.842,53	1.988.900,90	143.941,63	7,2%
Impostos e taxas	5.356.108,04	5.650.968,68	(294.860,64)	-5,2%
Transferências e subsídios obtidos	9.485.136,69	10.040.928,17	(555.791,48)	-5,5%
Outros proveitos e ganhos operacionais	159.249,55	168.113,84	(8.864,29)	-5,3%
Proveitos e ganhos financeiros	433.757,00	431.028,32	2.728,68	0,6%
Proveitos e ganhos extraordinários	189.079,88	144.617,62	44.462,26	30,7%
	<b>18.333.746,33</b>	<b>18.972.973,39</b>	<b>(639.227,06)</b>	<b>-3,4%</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>4.662.100,96</b>	<b>6.036.492,90</b>	<b>(1.374.391,95)</b>	<b>-22,8%</b>

Obs. (\*) – o valor das amortizações e das provisões do 1º semestre foi estimado tendo em conta os valores das amortizações e provisões do ano anterior (amortizações e provisões do ano anterior a dividir por dois).

**Nota:** tal como tem acontecido nos anos anteriores, o município regista na conta de transferências e subsídios obtidos os valores que recebe ao longo do ano relativos a comparticipações de fundos comunitários, procedendo no final do exercício à sua reclassificação para a conta de proveitos diferidos, reconhecendo nesse momento o valor do proveito do exercício, atendendo à taxa de comparticipação. Assim, a conta de transferências e subsídios obtidos incluí um valor de 2.185.901 € (2.923.337 € no 1º semestre de 2014), relacionados com transferências de fundos comunitários recebidos no 1º semestre de 2015.

Da leitura do quadro anterior podemos retirar as seguintes notas:

- A variação nos resultados do 1º semestre de 2015, apesar de parecer negativa, comparativamente ao 1º semestre de 2014, deverá ser analisada tendo em consideração os efeitos da expurgação dos valores recebidos relativos a fundos comunitários (atendendo à nota anterior, dos quais resulta uma diminuição dos proveitos de cerca 737 mil euros), e os efeitos resultantes do aumento de amortizações e provisões, em cerca de 668 mil euros. Assim, e tendo em consideração na análise comparada estes dois fatores, o desempenho económico no 1º semestre de 2015 seria até ligeiramente superior ao registado no 1º semestre de 2014.
- Nos custos e perdas, as rubricas que maior variação registaram, em termos absolutos, foram as amortizações (+533 mil euros) e os fornecimentos e serviços externos (+286 mil euros), face ao período homólogo.
- Relativamente aos proveitos e ganhos destacamos: a diminuição de cerca 556 mil euros nas transferências e subsídios obtidos (-5,5%) – em resultado da diminuição das transferências de fundos comunitários já mencionada.

**b) DESEMPENHO FINANCEIRO – quadro síntese**

RUBRICA	30-06-2015	31-12-2014	Variação	
			Valor	%
<b>ATIVO</b>				
Ativo Imobilizado	212.248.993,62	209.906.047,42	2.342.946,20	1,1%
Existências	122.725,89	133.814,27	(11.088,38)	-8,3%
Contas a receber (clientes/utentes/outras entidades)	797.696,40	1.108.886,25	(311.189,86)	-28,1%
Estado	226.350,47	206.838,46	19.512,01	9,4%
Depósitos e caixa	13.700.256,08	10.459.472,10	3.240.783,98	31,0%
Acréscimo de proveitos	0,00	995.255,12	(995.255,12)	-100,0%
<i>Total Ativo</i>	<i>227.096.022,46</i>	<i>222.810.313,62</i>	<i>4.285.708,83</i>	<i>1,9%</i>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>				
Património	42.996.136,59	42.996.136,59	0,00	0,0%
Outros fundos próprios (reservas/doações/resultados)	96.632.347,14	91.403.971,61	5.228.375,53	5,7%
<i>Total Fundos Próprios</i>	<i>139.628.483,73</i>	<i>134.400.108,20</i>	<i>5.228.375,53</i>	<i>3,9%</i>
<b>PASSIVO</b>				
Provisões	1.237.153,70	1.237.153,70	0,00	0,0%
Dívidas a instituições de crédito	6.613.553,41	7.113.304,26	(499.750,85)	-7,0%
Fornecedores	883.309,39	1.074.498,06	(191.188,67)	-17,8%
Estado	160.151,96	97.171,48	62.980,48	64,8%
Outros Credores	4.180.481,48	4.247.286,80	(66.805,32)	-1,6%
Proveitos diferidos (sub. ao investimento)	73.562.602,45	73.562.602,45	0,00	0,0%
Acréscimo de custos	830.286,34	1.078.188,67	(247.902,33)	-23,0%
<i>Total Passivo</i>	<i>87.467.538,73</i>	<i>88.410.205,42</i>	<i>(942.666,69)</i>	<i>-1,1%</i>

Da análise do quadro anterior, destacamos:

- Aumento global dos ativos em cerca de 4,3 milhões de euros, sendo de realçar os aumentos verificados nos ativos imobilizados líquidos (+2,3 milhões de euros) e nos depósitos bancários e caixa (+3,2 milhões de euros);
- O aumento dos ativos foi efetuado por via dos meios libertos do município, pois o passivo total registou inclusivamente uma redução de cerca 943 mil euros, o que se reflete na melhoria do indicador de autonomia financeira, que passou de 60,3% (31/12/2014) para 61,5% (30/06/2015).

### c) Síntese da execução orçamental

A verificação da execução orçamental, reportada a 30 de Junho de 2015, é condicionada pelo facto do processo orçamental ser efetuado numa perspetiva anual, não existindo linearidade ao longo do ano das despesas e receitas.

#### - Despesa:

No 1º semestre de 2015, as despesas comprometidas totalizaram 34.042.825,43 euros, (correspondentes a 67,3% do orçamento de despesa), valor este que compara com 40.420.196,42 euros do primeiro semestre de 2014 (68,8% do orçamento de despesa de 2014). Em termos de despesa paga, no 1º semestre de 2015, atingiu o valor de 16.384.898,15 euros (equivalente a 32,4% do orçamento), e que compara com 21.798.757,37 euros do 1º semestre de 2014 (correspondente a 37,1% do orçamento de 2014). Desta forma, é visível uma redução de 15,8% na despesa comprometida e de 24,8% na despesa paga.

Designação	Dotação para o ano	Despesa executada (comprometida)	% Execução (Comprometido/Dotação)	Despesa Paga	% Execução (pagamentos/Dotação)
Despesa corrente	22.124.592,17	16.120.775,03	72,9%	9.857.059,78	44,6%
Despesa capital	28.487.850,00	17.922.050,40	62,9%	6.527.838,37	22,9%
<b>Total</b>	<b>50.612.442,17</b>	<b>34.042.825,43</b>	<b>67,3%</b>	<b>16.384.898,15</b>	<b>32,4%</b>

Despesa comprometida		Variação 2015/2014 (1º semestre)		Despesa paga		Variação 2015/2014 (1º semestre)	
1º sem 2015	1º sem 2014	Valor	%	1º sem 2015	1º sem 2014	Valor	%
34.042.825,43	40.420.196,42	-6.377.370,99	-15,8%	16.384.898,15	21.798.757,37	-5.413.859,22	-24,8%

Class.	Designação	Despesa paga		Variação 2015/14	
		30-06-2015	30-06-2014	Valor	%
01	Despesas com o pessoal	3.637.451,01	3.710.434,23	-72.983,22	-2,0%
02	Aquisição de bens e serviços	4.309.198,73	4.287.088,79	22.109,94	0,5%
03	Juros e outros encargos	30.979,52	39.702,07	-8.722,55	-22,0%
04	Transferências correntes	1.606.474,16	1.705.723,60	-99.249,44	-5,8%
05	Subsídios	115.129,04	93.732,62	21.396,42	22,8%
06	Outras despesas correntes	157.827,32	168.612,88	-10.785,56	-6,4%
07	Aquisição de bens de capital	5.380.374,43	10.730.524,01	-5.350.149,58	-49,9%
08	Transferências de capital	524.313,09	603.700,80	-79.387,71	-13,2%
09	Activos financeiros	123.400,00	0,00	123.400,00	
10	Passivos financeiros	499.750,85	459.238,37	40.512,48	8,8%
11	Outras despesas de capital				
<b>Total</b>		<b>16.384.898,15</b>	<b>21.798.757,37</b>	<b>-5.413.859,22</b>	<b>-24,8%</b>

Comparativamente a 2014, o orçamento de despesa do município para 2015 regista uma redução de 13,9%, no entanto, em termos da sua estrutura, a rubrica mais relevante continua a ser a aquisição de bens de capital, a qual representa 50,6% do orçamento global de despesa (60,4% em 2014).

**- Receita:**

A receita cobrada líquida no 1º semestre de 2015 foi de 27.379.994,24 euros (27.661.630,78 euros no 1º semestre 2014), correspondentes a 54,1% do orçamento de receita (47,1% em 2014), o que se traduz numa redução de 1%.

Conforme se poderá constatar, as reduções mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram nas transferências de capital (-727 mil euros) e nos impostos diretos (-213 mil euros). Neste último caso em resultado, essencialmente por via da redução do IMT. Por outro lado, os aumentos de receita cobrada líquida mais significativos tiveram origem nas transferências correntes (+219 mil euros), em resultado de aumentos nas transferências provindas do orçamento de estado, e na variação do saldo de gerência (+179 mil euros).

Será de assinalar que a diminuição ocorrida nas transferências de capital resultam em exclusivo de valores referentes à participação comunitária em projetos co-financiados.

Designação	Dotação Orçamental	Receita Liquidada	Receita Cobrada Líquida	%
Receitas correntes	31.941.763,00	16.791.807,30	16.682.022,21	52,2%
Receitas de capital	10.810.089,00	2.834.093,40	2.834.093,40	26,2%
Outras receitas	7.860.590,17	7.863.878,63	7.863.878,63	100,0%
<b>Total</b>	<b>50.612.442,17</b>	<b>27.489.779,33</b>	<b>27.379.994,24</b>	<b>54,1%</b>

Class.	Designação	Rec. Cobrada Líq.		Variação 1º sem 2015/14	
		1º sem/2015	1º sem/2014	Valor	%
01	Impostos directos	5.643.964,41	5.857.373,13	-213.408,72	-3,6%
02	Impostos indirectos	90.196,83	36.140,83	54.056,00	149,6%
04	Taxas, multas e outras penalidades	183.080,82	185.973,97	-2.893,15	-1,6%
05	Rendimentos da propriedade	1.071.579,59	1.086.317,69	-14.738,10	-1,4%
06	Transferências correntes	6.809.889,57	6.590.829,72	219.059,85	3,3%
07	Venda de bens e serviços correntes	2.840.721,15	2.682.399,30	158.321,85	5,9%
08	Outras receitas correntes	42.589,84	77.015,39	-34.425,55	-44,7%
09	Venda de bens de investimento	97.500,00	0,00	97.500,00	
10	Transferências de capital	2.736.593,40	3.463.872,21	-727.278,81	-21,0%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	3.338,46	0,00	3.338,46	
16	Outras receitas - Saldo da gerência anterior	7.860.540,17	7.681.708,54	178.831,63	2,3%
	<b>Total</b>	<b>27.379.994,24</b>	<b>27.661.630,78</b>	<b>-281.636,54</b>	<b>-1,0%</b>

#### - Grandes Opções do Plano (GOP) para 2015

O orçamento das GOP's apresenta para 2015 um valor de cerca 36,4 milhões de euros (41,65 milhões em 2014), sendo que os principais investimentos previstos (com valores superiores a 3 milhões de financiamento definido) se concentram nos objetivos: 211 – ensino não superior, 242 – ordenamento do território, 243 – saneamento, e 331 – transportes rodoviários, os quais no seu conjunto representam 44,1% do orçamento anual das GOP's para 2015.

O grau de execução da realização das GOP, apresenta, em 30 de Junho de 2015 uma taxa de 64,9% de despesa comprometida (67,7% em 30 de Junho de 2014). Relativamente aos objetivos com maior dotação mencionados acima, com exceção do 242 – ordenamento do território, todos os demais apresentam taxas de execução superiores a 50%.

Obj.	Designação	Financiamento definido	Comprometido	% Exec. (comp/Financ.)	Pago	% Exec. (pago/Financ.)
111	Administração geral	1.810.350,00	1.126.654,80	62,2%	529.591,99	29,3%
121	Protecção Civil e luta contra incêndios	241.500,00	197.972,81	82,0%	105.972,81	43,9%
211	Ensino não superior	3.169.750,00	1.901.319,70	60,0%	1.187.810,54	37,5%
212	Serviços auxiliares de ensino	2.106.100,00	1.754.968,98	83,3%	979.966,12	46,5%
221	Serviços individuais de saúde	1.902.500,00	1.710.083,60	89,9%	621.803,29	32,7%
231	Segurança social	46.200,00	33.251,05	72,0%	20.694,79	44,8%
232	Ação social	749.820,00	565.746,48	75,5%	169.552,12	22,6%
241	Habitação	87.900,00	40.211,79	45,7%	14.633,43	16,6%
242	Ordenamento do território	3.499.600,00	1.493.113,13	42,7%	182.890,84	5,2%
243	Saneamento	3.643.200,00	1.915.208,48	52,6%	811.104,02	22,3%
244	Abastecimento de água	1.089.500,00	438.891,47	40,3%	200.826,30	18,4%
245	Resíduos sólidos	620.500,00	440.874,00	71,1%	235.994,17	38,0%
246	Natureza	1.431.120,00	1.162.847,79	81,3%	419.854,80	29,3%
251	Cultura	848.100,00	352.301,62	41,5%	151.179,30	17,8%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1.846.300,00	1.055.263,77	57,2%	303.169,69	16,4%
253	Outras actividades civis e religiosas	162.500,00	43.397,72	26,7%	33.528,22	20,6%
311	Fomento agrícola	48.500,00	37.214,00	76,7%	35.000,00	72,2%
312	Planeamento e prevenção florestal	215.450,00	92.471,88	42,9%	11.533,20	5,4%
321	Gestão energética e iluminação pública	432.500,00	266.983,46	61,7%	159.070,01	36,8%
322	Parques industriais	662.500,00	483.253,11	72,9%	441.322,13	66,6%
323	Fomento de energias renováveis	1.000,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%
331	Transportes rodoviários	5.753.900,00	3.182.898,18	55,3%	838.993,03	14,6%
341	Mercados e Feiras	737.900,00	696.514,18	94,4%	155.207,39	21,0%
342	Turismo	1.667.200,00	1.567.342,48	94,0%	271.295,98	16,3%
41	Op. Dívida autárquica	1.063.000,00	1.060.761,10	99,8%	530.644,90	49,9%
42	Transferências entre administrações	2.270.500,00	1.739.139,42	76,6%	1.214.378,66	53,5%
43	Diversas - não especificadas	287.800,00	246.800,00	85,8%	123.400,00	42,9%
	<b>Total GOP's</b>	<b>36.395.190,00</b>	<b>23.605.485,00</b>	<b>64,9%</b>	<b>9.749.417,73</b>	<b>26,8%</b>

#### - Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental

Relativamente ao cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, em termos de execução no primeiro semestre de 2015, poderemos concluir pelo seu cumprimento tal como está refletido no quando seguinte – a receita corrente (bruta) deve ser pelo menos igual à despesa corrente (paga) acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (cf. Art.º 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais):

Designação	Valor
1. Receitas correntes (Brutas)	16.777.074,93
2. Despesas correntes (pagas)	9.857.059,78
3. Amortizações médias	750.479,57
<b>Diferença (1-2-3)</b>	<b>6.169.535,58</b>

#### d) Endividamento total

Com a entrada em vigor, a partir do ano económico de 2014, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a forma de cálculo do limite de endividamento autárquico foi profundamente modificada. Assim, nos termos do artigo 52.º dessa lei, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não poderá ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Para o ano económico de 2015, o valor do limite da dívida total do Município de Pombal é de **44.253.144 €** (valor este que se encontra publicado no site da DGAL – Direção-Geral das Autarquias locais).

De acordo com a informação contabilística a 30 de junho de 2015, a dívida total de operações orçamentais do município, que engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento por iniciativa do município, junto de instituições financeiras, e ainda todos os restantes débitos de terceiros decorrentes de operações orçamentais, ascendia a **7.836.670 €**, conforme se pode verificar no seguinte mapa:

Cod. Conta POCAL	Descritivo	Valor em dívida a 30/06/2015 - operações orçamentais
22	Fornecedores	679.362
23	Empréstimos	6.613.553
24	Estado	5.758
261	Fornecedores de imobilizado	203.947
268	Outros credores	1.730.527
	<b>Total município</b>	<b>9.233.147</b>
	Contributo de outras entidades (*)	207.722
	Valores execionados (FAM)	1.604.199
	<b>Total Global</b>	<b>7.836.670</b>
	Limite da dívida total	<b>44.253.144</b>
	Margem face ao limite total	<b>36.416.474</b>

Obs. (\*) – apenas se encontra reportada a quota parte da dívida total das entidades intermunicipais, da empresa municipal, e de outras entidades participadas, que disponibilizaram essa informação com referência a 30 de junho de 2015. A inclusão da quota parte da dívida total de todas as entidades mencionadas no art. 54.º da Lei 73/2013 terá que ser feita obrigatoriamente no final de cada ano (a 31 de dezembro).

Tendo como referência o limite máximo permitido para 2015 (de acordo com a Lei 73/2013), o Município de Pombal cumpre o limite legal, dispondo ainda de uma margem positiva de cerca 36,4 milhões de euros.

No quadro seguinte apresentamos a evolução da dívida total do município, e da margem face ao limite legal:

	01-01-2014	30-06-2014	01-01-2015	30-06-2015
Endividamento total	14.139.240 €	9.360.838 €	8.702.557 €	7.836.670 €
Limite legal	41.444.972 €	41.444.972 €	41.444.972 €	44.253.144 €
Margem face ao limite	27.305.732 €	32.084.134 €	32.742.415 €	36.416.474 €

Conforme se pode verificar, no período compreendido entre 01/01/2015 e o final do primeiro semestre de 2015, a margem que o município dispõe face ao limite legal de endividamento total aumentou em cerca de 3,7 milhões de euros (+11,2%).